ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 3, ago./dez. 2025

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

Guia informativo audiovisual sobre o ingresso no Ensino Médio Integrado do IFNMG pelo sistema de reserva de vagas (cotas)

Edilson de Oliveira Magalhães
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: edilson.magalhães@ifnmg.edu.br

Iza Manuella Aires Cotrim-Guimarães
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: iza.cotrim@ifnmg.edu.br

Wanderson Pereira Araújo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
E-mail: wanderson.araujo@ifnmg.edu.br

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v7i3.774*

Recebido: *30 Set. 2025*

Aceito: *19 Dez. 2025*

Como citar este artigo: MAGALHÃES, Edilson de Oliveira; COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires; ARAÚJO, Wanderson Pereira. Guia informativo audiovisual sobre o ingresso no ensino médio integrado do IFNMG pelo sistema de reserva de vagas (cotas). **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 3, p. 142–154, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i3.774. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/774.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Guia informativo audiovisual sobre o ingresso no Ensino Médio Integrado do IFNMG pelo sistema de reserva de vagas (cotas)

RESUMO

Este artigo apresenta o produto educacional desenvolvido a partir dos resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que consiste num guia informativo audiovisual sobre o ingresso nos cursos integrados do IFNMG, por meio do sistema de reserva de vagas (cotas). A pesquisa teve como objetivo geral compreender o cenário em torno do alto número de candidatos desclassificados na etapa de comprovação documental do processo seletivo para o Ensino Médio integrado do IFNMG, na modalidade de reserva de vagas (cotas). Entre os objetivos específicos, incluiu-se a elaboração do produto educacional em questão, destinado a orientar candidatos e seus familiares na etapa de comprovação documental. A partir da análise bibliográfica, documental e das entrevistas realizadas na pesquisa de mestrado, foi possível elaborar, aplicar e avaliar o produto educacional. O material foi bem avaliado por estudantes do IFNMG/*Campus* Januária em vários aspectos, como alcance, clareza, formatação dos vídeos, dentre outros. Além de orientar sobre cada tipo de cota, sobre os documentos necessários e seu preenchimento, o Guia informativo buscou esclarecer e ratificar as cotas. Especificamente, objetiva-se relatar o processo de construção do produto educacional, incluindo sua avaliação e encaminhamento para divulgação e aplicação na instituição pesquisada, como um direito e não um favor.

Palavras-chave: Produto Educacional. Cotas. Ensino Médio Integrado.

Audiovisual information guide on admission to IFNMG vocational high school through the quota system

ABSTRACT

This article presents an educational product developed based on the results of a study conducted as part of the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT), which consists of an audiovisual information guide on admission to IFNMG Vocational High School through the quota system. The main objective of this research was to understand the scenario surrounding the high number of candidates disqualified at the document verification stage of the selection process for IFNMG's Vocational High School, in the quota system. One of its specific objectives was to develop the educational product, to guide candidates and their families through the document verification stage. This article specifically aims to report on the process of developing the educational product, including its evaluation and recommendations for dissemination and application in educational institutions. Based on the bibliographic and documentary analysis and interviews conducted during the master's program, it was possible to develop, apply, and evaluate the educational product. The product was well evaluated by students at IFNMG/*Campus* Januária in several aspects, such as scope, clarity, video formatting, among others. In addition to guiding each type of quota, the necessary documents, and how to fill them out, the Informative Guide sought to clarify and ratify quotas as a right and not a favor.

Keywords: Educational Product. Quota System. Vocational High School.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o produto educacional desenvolvido a partir dos resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/*Campus* Montes Claros. O produto desenvolvido consiste em um guia informativo audiovisual sobre o ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, também denominados de Ensino Médio Integrado, ofertados pelo IFNMG, por meio do sistema de reserva de vagas (cotas). O material foi elaborado com base nos achados da dissertação intitulada "Garantia do Direito à Educação: A Lei de cotas e a persistência da desclassificação no IFNMG/Campus Januária".

A pesquisa em questão analisou a participação de candidatos cotistas em processo seletivo para ingresso no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *Campus* Januária, com foco na sua desclassificação significativa em algumas etapas do processo, que são aquelas de comprovação do pertencimento ao Sistema de Cotas. Em geral, o processo seletivo na instituição estudada apresenta as seguintes etapas: (a) inscrição no processo propriamente dita, que requer a leitura e interpretação de edital e definição quanto à cota na qual o candidato irá se inscrever, se for o caso; (b) avaliação dos conhecimentos requeridos para ingresso no Ensino Médio integrado – aqueles verificados nas séries finais do Ensino Fundamental – por meio de prova objetiva ou de análise do histórico escolar (este último, durante o período pandêmico); (c) para aqueles candidatos cotistas, etapa de comprovação documental do pertencimento à cota; (d) apresentação dos documentos requeridos para a matrícula.

Na pesquisa desenvolvida, foram consideradas as etapas de comprovação documental (c, d) pelos candidatos cotistas. Trata-se de etapas eliminatórias, visto que a falta ou apresentação de documento(s) inadequado(s) desclassifica o candidato ao Ensino Médio Integrado na instituição.

Importante esclarecer que é permitida a retificação ou complementação dos documentos após um primeiro indeferimento (publicado em edital), a não ser que o candidato não tenha apresentado nenhuma documentação. Após o período de retificação/complementação, um novo resultado é publicado, dessa vez indicando as situações de classificação ou não, o que leva à efetivação da matrícula ou à desclassificação no processo. Todas essas etapas são conduzidas pelos próprios candidatos a partir das orientações do edital geral do processo seletivo. Salvo algumas orientações pontuais provocadas pelo próprio candidato, pode-se afirmar que toda a condução do processo é de sua total responsabilidade, a partir da leitura e interpretação de um longo edital.

Portanto, são os candidatos cotistas que devem cumprir uma série de requisitos e apresentar uma documentação, por vezes extensa e fora do seu contexto. No processo seletivo em questão, esses candidatos são oriundos de escolas públicas, dentre os quais muitos são pretos e pardos, outros indígenas, ou com deficiência, e verificam-se, ainda, grupos com renda per capita muito baixa e outras condições socioeconômicas desfavoráveis.

Uma análise dos editais referentes ao processo seletivo tem revelado as contradições presentes no fenômeno da ampliação do acesso das camadas populares à educação: por um lado, a luta pela igualdade de acesso à escola tem apresentado progressos significativos. Por outro lado, têm que se reconhecer os "mecanismos de diferenciação interna", como denomina Dubet (2003, p. 35), que agem na manutenção da estrutura desigual no sistema educacional. No caso desse estudo, destaca-se a Lei de cotas como um salto gigante para a ampliação do acesso à escola, mas também há de se considerar a persistência da

desclassificação de candidatos contemplados pela Lei, que se configura em mais um dos mecanismos de aprofundamento das desigualdades sociais e escolares (somando-se aos fenômenos da repetência e evasão, conforme Cotrim-Guimarães e Fidalgo (2024)).

Isso porque o IFNMG/*Campus* Januária tem garantido 50% das suas vagas no Ensino Médio integrado ao sistema de reserva de vagas, mas são muitos os candidatos cotistas inicialmente aprovados no exame de seleção (etapa b) que não efetivam sua matrícula por não conseguirem comprovar a situação de cotista (etapas c e/ou d). Os motivos para desclassificação nessas etapas podem ser, muitas vezes, bastante simples, como pela falta de uma autodeclaração ou pela falta de uma declaração de renda, que pode ser manuscrita e assinada.

Assim, a pesquisa de mestrado que deu origem ao produto educacional discutido neste artigo teve como objetivo geral "compreender o cenário em torno do alto número de candidatos desclassificados na etapa de comprovação documental do processo seletivo para o Ensino Médio Integrado do IFNMG, na modalidade de reserva de vagas (cotas)". Para tanto, dentre os objetivos específicos, verifica-se "desenvolver um produto educacional que possa contribuir para orientar candidatos e seus familiares na etapa de comprovação documental, por meio da criação de vídeos explicativos, de forma a contribuir com o acesso ao ensino técnico de nível médio e para a garantia da efetivação da lei de cotas".

Dessa forma, a pesquisa resultou no produto "Guia informativo audiovisual sobre o ingresso nos cursos integrados do IFNMG pelo sistema de reserva de vagas (cotas)", que será apresentado e discutido, neste artigo. O presente trabalho, portanto, apresenta parte das discussões de uma dissertação de mestrado do ProfEPT, especificamente, o capítulo dedicado ao produto educacional desenvolvido. Seu objetivo é relatar o processo de construção do produto educacional, incluindo sua avaliação e encaminhamentos para divulgação e aplicação na instituição pesquisada.

A LEI DE COTAS: MARCO HISTÓRICO E CONTRADIÇÕES

No que tange aos procedimentos legais que permitem desenvolver ações para o acesso da população à educação, destaca-se a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, que "dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências" (Brasil, 2012). A referida lei determina e orienta o sistema de reserva de vagas nas instituições federais de ensino e prevê que "as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias(...)" (Art. 1º, Lei 12.711/2012).

Especificamente, no seu artigo 4º, a Lei prevê que "as instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas". O dispositivo legal acrescenta, ainda, que para essas vagas, 50% (cinquenta por cento) deveriam ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, e que "em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação (...)".

É importante salientar que em 13 de novembro de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.723/2023, que aprimora alguns dispositivos da Lei nº 12.711/2012. Dentre as atualizações, verifica-se a inclusão de quilombolas, o que amplia o público beneficiário, e a redefinição da renda familiar alterada para "(...) estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita" (Lei nº 14.723/2023).

Sobre a implantação da Lei de Cotas, em particular considerando o contexto do IFNMG, a pesquisa realizada verificou potenciais dificuldades de interpretação do edital de seleção, especialmente quanto à definição do tipo de cota e documentos a serem apresentados para comprovação de pertencimento à cota. Diante do exposto, entender os critérios e se inscrever em um curso de ensino técnico de nível médio, no caso, Ensino Médio Integrado, em conformidade com a referida Lei talvez não seja tão simples quanto parece.

Uma dificuldade frequentemente verificada, refere-se à autodeclaração do candidato. O fato de a Lei tratar de uma subdivisão entre os autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, num percentual com renda familiar mínimo determinado pela legislação e outro percentual independente de renda, pode gerar dúvidas e dificuldades de comprovação, caso não haja entendimento e orientação adequados. Por outro lado, o tratamento dessas informações, bem como a realização de determinados cálculos para demonstrar a situação em relação à renda familiar, também pode suscitar dúvidas ou erros no momento da inscrição, inviabilizando posteriormente a efetivação da matrícula.

Assim, tantas possibilidades podem acarretar problemas ou erros ao efetuar a inscrição, que são passíveis de desclassificação no processo seletivo. Desse modo, emerge a necessidade de uma orientação e observação cuidadosa das normas que orientam o processo de ingresso por meio do sistema de cotas, possibilitando maior clareza em relação ao processo seletivo e à efetivação da matrícula.

Compreender a Lei de Cotas como mecanismo para ampliação do acesso à educação requer, para além da matemática das diversas possibilidades de ingresso, reconhecer a luta pela igualdade e pela reparação histórica dos direitos, especialmente das populações negras e indígenas no Brasil. Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 12.711/2012 representa um marco importante na história da luta de resistência pela população negra e indígena, somando-se ao conjunto de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial na educação e no trabalho.

Ao longo dos anos, vários debates entre pesquisadores, movimento negro, sociedade de modo geral e políticos foram promovidos em relação à Lei nº 12.711/2012 com vistas ao "aprimoramento" da Lei de Cotas. Segundo Gomes, Silva e Brito (2021, p. 7), "ao promoverem esse deslocamento, as ações afirmativas na modalidade cotas abrem caminhos para a indagação, desvelando ainda mais a existência da colonialidade do saber". Esse dispositivo não só reconhece a necessidade de assegurar a democratização do acesso dos estudantes pobres, negros, indígenas e pessoas com deficiência no ensino superior e técnico de nível médio, como promove a igualdade racial na educação. Logo, torna-se fundamental um esforço voltado à compreensão e avaliação de como essa política está sendo implementada nas instituições educacionais.

Entretanto, conforme já mencionado, a ampliação do acesso à escola apresenta contradições, especialmente quanto à relação entre a ampliação desse acesso e as condições para a permanência dos estudantes. Adicionalmente, uma outra questão que emerge neste estudo se refere às condições para o acesso, uma vez que a garantia do direito à educação não se dá simplesmente pela garantia da lei. Nesse sentido, o questionamento do sociólogo

contemporâneo François Dubet é muito pertinente e atual: “Qual é o lugar da escola numa estrutura social que desenvolve processos de exclusão?” (Dubet, 2003, p. 30).

Nessa mesma direção, Dubet (2003) também demonstra que igualdade de acesso não significa igualdade de oportunidades e condições. Segundo o autor, “entre as conseqüências [sic.] diretas da massificação escolar, é preciso considerar o conjunto dos mecanismos de diferenciação interna que estrutura o sistema” (Dubet, 2003, p. 35), mecanismos próprios da escola, que determinam percursos de exclusão (Dubet, 2003) e que podem contemplar os processos de desclassificação como aqueles verificados no estudo em questão. Ressalta-se que esse estudo se dedica a um fenômeno anterior ao ingresso dos estudantes na instituição estudada, por vezes invisibilizados e silenciados, já que esses sujeitos sequer recebem uma matrícula ou cadastro que permitem sua entrada nas estatísticas institucionais.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta parte dos estudos de uma pesquisa de mestrado no âmbito do ProfEPT, com foco na discussão sobre o produto educacional, que consistiu num guia informativo audiovisual sobre o ingresso nos cursos de Ensino Médio Integrado do IFNMG pelo sistema de reserva de vagas (cotas).

Quanto ao percurso metodológico tomado pela pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, foram realizados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento e estudo de publicações relevantes no cenário acadêmico sobre a temática estudada; pesquisa documental, por meio da análise dos documentos oficiais onde constam as orientações para inscrição no processo seletivo e os resultados dos processos seletivos para ingresso no Ensino Médio Integrado da instituição estudada; além de realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes classificados e candidatos desclassificados nos processos seletivos para ingresso entre 2020 e 2024, todos tendo concorrido pelas cotas.

O produto educacional foi desenvolvido a partir dos achados da pesquisa, considerando, portanto, as principais dificuldades e outros apontamentos dos participantes na sua elaboração. Desse modo, o Guia informativo audiovisual foi planejado e elaborado de forma a orientar sobre o processo seletivo e a efetivação do acesso dos candidatos ao Ensino Médio Integrado do *Campus*, assegurando, assim, maior clareza em relação aos critérios de ingresso no ensino técnico de nível médio, em especial.

Disponibilizado nas mídias digitais [1], o Guia Informativo configura-se como uma ferramenta inovadora**,** cujo processo de construção, aplicação e avaliação será apresentado na seção a seguir.

ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com o Regulamento Geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o produto educacional (PE) deve possuir aplicabilidade imediata, critério que foi considerado na elaboração desse PE. Não obstante, além de atender ao regulamento, buscou-se beneficiar, especialmente, aqueles que são prejudicados pela falta ou dificuldade de compreensão do processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos integrados do IFNMG: o público-alvo da pesquisa (que são os candidatos cotistas), e assim mitigar o problema apresentado na introdução desse artigo.

[1] https://www.youtube.com/playlist?list=PLycfLWm5Qrc0EhoI3F0ySzeyQ2aQU3si1

Mormente, os resultados da pesquisa identificaram os principais motivos que geram as desclassificações dos candidatos cotistas no âmbito do IFNMG *Campus* Januária e, desse modo, ficou confirmada a necessidade de se elaborar um Guia que auxiliará os candidatos na realização das suas inscrições, bem como no período de apresentação da documentação, conforme a cota escolhida. Esse Guia atenderá à indicação de alguns dos participantes da pesquisa, que citaram também o recurso audiovisual como forma de facilitar a compreensão do documento principal, que é o edital. No Guia também será orientado sobre como proceder em alguns casos, já que disseram, praticamente na totalidade dos candidatos pesquisados, que o edital é um documento longo e complexo, bem como apontaram o excesso de documentos exigidos para a realização da matrícula.

Assim, as orientações aos estudantes foram organizadas como um Guia audiovisual, a partir de vídeos de curta duração e tipificados conforme tópico previsto no edital. Esse PE enquadra-se como Produto de Comunicação. Inicialmente, preocupou-se em apresentar um vídeo introdutório destacando a importância de se fazer a leitura do edital do processo seletivo e esclarecendo que os demais vídeos construídos não substituirão o edital, mas que eles serão como um recurso a mais, para auxiliar na compreensão do candidato, sendo importante conhecer bem o edital e seguir o que se pede a partir dele.

Na construção desse produto educacional, observaram-se as orientações de Kaplún (2003), que diz que “uma grande diversidade de materiais pode [sic] ser educativas em um contexto determinado". Assim, houve um grande esforço para construir um material que conseguisse cumprir a função de orientar, de forma didática, especialmente, com a participação de alunos, para representar o público a ser atingido, usando linguagem dentro da formalidade, mas ao mesmo tempo próxima da linguagem dos candidatos, bem como vídeos curtos e mais atrativos, alcançando a objetividade de forma direta e clara.

Para garantir um melhor desenvolvimento do PE, recorremos às orientações de Leite (2018), que mostra cinco componentes importantes para se levar em consideração na produção do que foi planejado: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Esses componentes convergem com as orientações de Kaplún (2003) quanto aos eixos conceituais, pedagógicos e comunicacionais a serem considerados na elaboração do PE. Por isso, observou-se, na elaboração do produto, a capacidade de atração, a organização do material para uma compreensão clara e objetiva, assim como o envolvimento possibilitado pela participação dos estudantes.

Para os componentes aceitação e mudança de ação, a partir do momento em que o candidato entra em contato com os vídeos, entende-se que uma nova aprendizagem passa a ocorrer, de modo que esses elementos o ajudarão a vencer os diversos obstáculos do processo seletivo. Assim, busca-se encorajar uma leitura mais aprofundada, com um nível de compreensão maior, levando o estudante ao desenvolvimento de novas ações ou ações mais adequadas para lograr êxito no processo seletivo como um todo.

SELEÇÃO DOS CONTEÚDOS

Ressalta-se que os vídeos produzidos levaram em consideração as alterações sofridas pela Lei de Cotas a partir da Lei 14.723 de 2023. Além disso, o roteiro para gravação dos vídeos, elaborado pelos pesquisadores, foi oficialmente apresentado à Pró-Reitoria de Ensino da instituição, que fez seu encaminhamento à Coordenação de Processo Seletivo e Concurso Público. A referida coordenação avaliou o roteiro, recomendou algumas alterações e validou a sua versão final, que foi aquela utilizada para gravação.

Todos os vídeos contaram com a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado do *Campus,* com a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e autorização das suas mães, pais ou responsáveis. Dessa forma, primou-se pela gravação de um material "leve", didático e que despertasse a atenção do público adolescente. O conteúdo dos vídeos não poderia fugir da padronização do que é exigido para a participação no processo seletivo e direcionado especificamente a uma determinada cota, já que a divisão das cotas no modelo atual, ou seja, a partir da Lei 14.723 de 2023, contempla oito tipos/modalidades.

No entanto, existe a repetição de documentos comuns a todas as cotas e, desse modo, foi criado um vídeo específico para indicar esse conteúdo comum, denominado vídeo 02. De toda forma, ainda que houvesse um vídeo específico sobre a documentação comum, definiu-se por mencioná-lo e ressaltá-lo em todos os demais, dada a importância e obrigatoriedade dos documentos citados nesse vídeo para a solicitação da matrícula.

Os demais vídeos apresentam a especificidade de cada cota, indicando os documentos necessários à sua comprovação e destacando, em todos eles, a obrigatoriedade de ter cursado todo o ensino fundamental em escola pública. Nesse primeiro momento, a preocupação foi frisar a importância da comprovação de cursar todo o ensino fundamental em escolas públicas, bem como a comprovação de conclusão do ensino fundamental, dois dos itens que apareceram nessa pesquisa com 15% e 6% das desclassificações, respectivamente.

É importante ressaltar que para divulgação dos vídeos, organizados em sequência e disponibilizados em canal do Youtube®, foi elaborado um encarte com as informações de acesso, conforme figura 01 a seguir:

Figura 01 – Parte do encarte elaborado para divulgação do Guia audiovisual



Fonte: elaborado pelos pesquisadores, 2024.

Para um melhor entendimento por parte dos candidatos, a sequência dos vídeos apresentou os conteúdos da seguinte forma: o primeiro, com menos de 3(três) minutos, é uma introdução, destacando principalmente a importância de se conhecer o edital e basear-se nele para fazer a inscrição, e que os vídeos servirão de base para uma melhor interpretação do edital, além de apresentar os oito grupos de cotas existentes, destacando para qual candidato se destina cada uma delas.

Por sua vez, o segundo vídeo é motivacional, com aproximadamente um minuto e meio, e o seu conteúdo destaca a legalidade da participação por meio do sistema de cotas, além de um incentivo a participar por meio dessa modalidade sem se preocupar com o número de vagas publicadas no edital, uma vez que a legislação garante a participação também pela ampla concorrência para todos os candidatos que se inscrevem pelas cotas. O objetivo foi de motivá-los a se inscreverem pelas cotas, buscando um direito garantido pela Lei 12.711 de 2012 e alterada pela Lei 14.723 de 2023, bem como seu entendimento como um direito e não um favor ou usurpação de vagas.

O terceiro vídeo da lista (chamado de Vídeo 02) apresenta os documentos obrigatórios para todas as cotas, com tempo de um minuto e meio, o que é retomado nos demais vídeos: trata-se do requerimento de matrícula, da ficha de identificação, que indica em qual das cotas o candidato se inscreveu, dos documentos pessoais e da comprovação de que estudou todo o ensino fundamental em escolas públicas através do histórico escolar ou de uma declaração com essa informação.

Os demais vídeos apresentam cada uma das cotas, especificando os requisitos e documentos referentes a cada uma delas. Sempre que necessário, os tipos de documentos e seu preenchimento foram devidamente exemplificados, a exemplo das cotas que exigem comprovação de renda familiar per capita. Além disso, conforme já assinalado, todos os vídeos referentes às cotas fizeram menção ao vídeo 02, sobre os documentos que devem ser apresentados em todas as situações.

Desse modo, todos os grupos de cotas foram atendidos com a orientação por meio desses recursos audiovisuais, que poderão auxiliar na interpretação de uma forma mais simplificada, podendo contribuir para a redução do número de desclassificados.

A ESCOLHA DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DOS VÍDEOS

Considerando o resultado da pesquisa realizada no IFNMG *Campus* Salinas, por Santos (2021), na qual a autora discutiu a invisibilidade do cotista após o seu ingresso no Instituto Federal, objetivou-se, também nesse produto educacional, dar um pouco de visibilidade a esses alunos. Por essa razão, os estudantes convidados a gravar o vídeo, em sua maioria, ingressaram no *Campus* por meio das cotas. Esses estudantes, 17 no total, foram os atores e atrizes que emprestaram sua voz e imagem para contribuir com os futuros alunos cotistas do IFNMG, apresentando-lhes o caminho para alcançar êxito em suas inscrições e matrículas.

Ademais, buscou-se, também, envolver estudantes dos diferentes cursos integrado do *Campus* Januária, de modo que participaram alunos do curso técnico em Agropecuária, técnico em Meio Ambiente, técnico em Informática para Internet, alunos ingressantes e veteranos, ex-alunos que já integram curso superior no *Campus*, bem como a participação de um ex-aluno que já cursa faculdade em outra instituição, além de estudantes que participaram da pesquisa.

Quanto aos participantes, não é possível dizer que houve uma seleção, mas apenas escolhas, de acordo com uma abordagem aleatória e a partir da indicação de colegas e manifestação de interesse em participar e contribuir com o material a ser confeccionado.

A ESCOLHA DOS AMBIENTES PARA GRAVAÇÃO

A busca dos ambientes para a gravação foi programada para dar visibilidade, ainda que pequena, aos locais frequentados pelos estudantes do *Campus* Januária. Assim, foram programadas gravações em ambientes abertos que os alunos usam para estudar nos tempos livres, como o pátio do prédio do ensino técnico, a área livre com mesas e cadeiras embaixo das árvores, e ambientes fechados, como a biblioteca, sala com material didático do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), laboratório com equipamentos de pesquisa e um gabinete de professor.

Cada ambiente onde foram feitas as gravações traz um certo acolhimento ao futuro estudante do IFNMG, podendo ser um incentivo a esses candidatos no sentido de querer frequentar esses espaços, lugares que são diferentes das escolas que frequentavam no ensino fundamental. Além disso, mostra que essa instituição não é algo "de outro mundo", "lugar para determinados tipos de pessoas", como foi apontado por alguns participantes da pesquisa, e sim um lugar que pode ser frequentado por qualquer estudante da região, desde que tenha a dedicação e atenção às etapas do processo seletivo.

A AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Para avaliação do produto, houve o entendimento de que a melhor visão poderia vir daqueles que passaram recentemente pelo processo seletivo, os quais puderam ver um edital no período mais curto possível, e, ainda, os que fossem capazes de avaliar o grau de complexidade do documento e, a partir disso, analisar o produto educacional construído, podendo expressar com mais propriedade a visão do quanto seria viável (ou não) o material apresentado.

Dessa forma, foi convidada uma turma ingressante (1º ano) do curso técnico em Agropecuária integrada ao Ensino Médio, com aproximadamente 30 alunos, e a partir da avaliação feita por esses participantes, foi possível verificar que esse material atenderá as necessidades do público-alvo, mitigando o problema identificado na pesquisa e, assim, contribuindo para a redução do número de desclassificados nesses processos seletivos.

Para avaliação do produto, um dos professores do curso disponibilizou dois horários da sua disciplina, em um único dia. Os estudantes foram levados ao auditório da biblioteca, uma sala confortável, que lembra um cinema. No primeiro momento, explanou-se, brevemente, sobre a finalidade da pesquisa e do produto educacional. Em seguida, os estudantes assistiram a todos os vídeos e, logo depois, foi lhes direcionadas algumas perguntas sobre o produto, deixando-os bem à vontade para responder, fazer críticas e propostas.

A primeira pergunta feita aos estudantes foi a seguinte: vocês acham que esses vídeos podem ajudar algum candidato a compreender melhor o processo seletivo? A resposta foi que sim, por unanimidade. Destacamos as seguintes falas: "Sim. Se eu tivesse visto vídeos assim eu não teria tido tanta dificuldade para organizar os documentos". "Sim. Com esses vídeos não seriam necessárias leituras tão cansativas para conseguir entender direito o que tinha que fazer. Já dava para entender em pouco tempo o que seria preciso para comprovar os documentos que precisavam". "Sim. Esse material ia ajudar muito na hora de organizar os documentos. Não ia ser preciso pedir o pessoal da LAN house para fazer. Dava pra fazer em casa mesmo só assistindo aos vídeos. O bom é que daria para ver e rever se não tivesse entendido alguma coisa. Os vídeos são bons porque dá para voltar quantas vezes quiser".

Algumas falas menos elaboradas, mas que resumiram bem a avaliação para essa pergunta, foram: "Ajuda bastante", "Orienta melhor", "O entendimento é mais rápido",

“Elimina a confusão”, “É um tutorial”, “Uma base de ajuda”, “Ajuda muito, gostei da iniciativa de vocês”.

Além disso, foi perguntado sobre o que acharam da linguagem utilizada nos vídeos assistidos. Os participantes resumiram, por unanimidade, que a linguagem foi clara e compreensível, que foi possível entender tudo o que foi falado, que “agora seria muito mais fácil comprovar os documentos exigidos”.

Perguntou-se ainda sobre o ambiente das gravações. As respostas foram muito positivas. Alguns destaques foram: “Senti familiarizado com o ambiente”, “Mostra um ambiente que na escola [de origem] não tínhamos”. Também foi perguntado sobre os atores e atrizes que participaram das gravações, se reconheciam algum, já que todos eram ingressantes nessa turma que fez a avaliação. A resposta de parte dos estudantes foi que sim, que vários são os colegas da escola que estudavam, o que soou positivo para a aceitação/aproximação dos alunos com o material, bem como pelo interesse em também divulgar o material para os demais colegas que participarão do próximo processo seletivo.

Verificou-se, ainda, que algumas escolas poderão apresentar esse material aos concluintes do nono ano, destacando o orgulho pelo fato de alguns participantes dos vídeos serem egressos dessas instituições. Dessa forma, pode-se incentivar estudantes que pretendem participar do processo seletivo para ingresso no IFNMG.

Outro aspecto avaliado como positivo refere-se à possibilidade de replicação da metodologia. A partir dos vídeos apresentados, outras instituições poderão utilizar esse material inicialmente e, posteriormente, adaptar a metodologia substituindo alguns ou todos os participantes anualmente ou periodicamente. Essa estratégia permite aprimorar o conteúdo apresentado e manter a proximidade com as escolas da região onde está situado o *Campus*.

Considerando que essas unidades normalmente estão localizadas em cidades pequenas, é comum que os estudantes conheçam colegas que ingressaram nos cursos integrados do IFNMG, o que fortalece a identificação e o interesse pelo processo seletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de mestrado que deu origem ao produto educacional apresentado neste artigo possibilitou compreender o cenário em torno da persistência da desclassificação dos candidatos cotistas nos processos seletivos para o Ensino Médio Integrado do IFNMG/*Campus Januária*, levando em consideração o padrão educacional excludente e seletivo que também persiste nas políticas públicas brasileiras.

O produto educacional, por sua vez, foi elaborado a partir dos achados da pesquisa em questão, com a finalidade de contribuir para orientar e sanar as dificuldades enfrentadas por esses candidatos. Mais que uma orientação sobre as etapas e documentos a serem enviados, o Guia informativo buscou esclarecer e ratificar as cotas como um direito e não um favor, bem como um importante passo rumo à inclusão social, à igualdade de oportunidades e à reparação histórica de desigualdades. Nesta perspectiva, ao melhorar as possibilidades de ingresso das pessoas no Ensino Médio Integrado do IFNMG, acredita-se que isso possa ser uma luta em paralelo a outras iniciativas contra os padrões históricos de exclusão que caracterizam a construção social brasileira, marcada pelas desigualdades sociais e de acesso.

Julga-se, a partir das avaliações feitas pelos estudantes, que a alternativa utilizada como produto educacional, e que foi encaminhada e recomendada à instituição pesquisada, irá facilitar o entendimento do edital e do processo seletivo, contribuindo assim para a

promoção e a classificação de muitos candidatos, em especial na etapa de apresentação de documentos.

A partir do que foi apresentado e avaliado, pode-se concluir que houve êxito na construção do PE, já que sua elaboração, respaldada pelos achados da pesquisa e validada pelo setor competente da instituição, permitirá a orientação complementar sobre os diferentes tipos de cotas e documentos necessários para sua comprovação no processo seletivo para os cursos integrados do IFNMG.

Conforme apontado pelos estudantes que avaliaram o produto, a linguagem apresentada está clara, acessível, devidamente contextualizada com exemplos e imagens. O fato de os vídeos serem apresentados por estudantes da instituição, gravados em diferentes espaços do *Campus*, também foi um fator positivo indicado pelos estudantes avaliadores. Assim, considerando Kaplún (2003), na elaboração do PE foram desenvolvidos, conjuntamente, o eixo conceitual, que possibilita a aprendizagem dos conteúdos ou temas abordados, o eixo pedagógico, que evidencia a articulação do material educativo com o público-alvo, além do eixo comunicacional, atendido quando, na avaliação, verificou-se a transmissão da mensagem desejada, com a compreensão adequada, atingindo o objetivo do material educativo.

Tal planejamento se completou a partir do pensamento intencional em cada eixo proposto com o conteúdo adequado, a metodologia apropriada e o uso de linguagem compreensível para o público destinatário do material construído.

Diante desses resultados, espera-se que o trabalho desenvolvido possa alcançar aqueles que sequer entram nas estatísticas da instituição, pois nem mesmo chegaram a ter um registro como estudante. Dessa forma, ficará a contribuição de vários atores, dos pesquisadores, dos estudantes e seus familiares que possibilitaram a construção de um instrumento que poderá auxiliar nas inscrições e no momento de comprovação documental. Por fim, embora seja uma responsabilidade inerente aos candidatos o atendimento a todos os requisitos do processo seletivo, reconhece-se que essa etapa carece de uma orientação mais apurada e cuidadosa por parte da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 29 ago. 2012. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 10 set. 2024

COTRIM-GUIMARÃES, I. M. A.; FIDALGO, F. S. R. Desigualdades sociais e evasão escolar na educação profissional: contribuições gramscianas para a análise dessa relação. *In*: ARAÚJO, W. P.; COTRIM-GUIMARÃES, I. M. A.; MATOS, I. D. M. (Org.). **Contribuições ao debate no campo da Educação Profissional e Tecnológica.** 1ed.Montes Claros MG: Editora IFNMG, 2024, p. 67-84.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

GOMES, N.L, SILVA, P. V. B., BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas – SP, 2021.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt#. Acesso em 26 ago. 2024.

KAPLÚN, G. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**. São Paulo, n. 27, p. 40-60, 2003.

LEITE, P. S. C**. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Espírito Santo: Investigação Qualitativa em Educação. V1. 2018.

SANTOS, L. M. **Entrou e agora?** Entre o ingresso e a invisibilidade dos cotistas no IFNMG, *Campus* Salinas: A travessia necessária. 2021. 79f. Dissertação (Mestrado em EPT) – *Campus* Montes Claros, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, 2021.